OF.GG/SL -

Porto Alegre,

Senhor Presidente:

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, no uso da prerrogativa que me é conferida pelo artigo 82, inciso III, da Constituição do Estado, o anexo Projeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar nº 10.098, de 3 de fevereiro de 1994, que dispõe sobre o estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de ser submetido à apreciação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, no regime de urgência previsto no artigo 62 da Carta Estadual.

A justificativa que acompanha o expediente evidencia as razões e a finalidade da presente proposta.

Atenciosamente,

EDUARDO LEITE,
Governador do Estado.

Excelentíssimo Senhor Deputado **LUÍS AUGUSTO LARA,**
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa,
Palácio Farroupilha,
NESTA CAPITAL.

Expediente nº 19/1400-0035831-1
RMM/GCC (2909-6 - PLC Gratificacao Natalina de 2019

OF.GG/SL -

Porto Alegre,

Senhor Presidente:

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, no uso da prerrogativa que me é conferida pelo artigo 82, inciso III, da Constituição do Estado, o anexo Projeto de Lei Complementar que altera a Lei Complementar nº 10.098, de 3 de fevereiro de 1994, que dispõe sobre o estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de ser submetido à apreciação dessa Egrégia Assembleia Legislativa.

A justificativa que acompanha o expediente evidencia as razões e a finalidade da presente proposta.

Atenciosamente,

EDUARDO LEITE,
Governador do Estado.

Excelentíssimo Senhor Deputado **LUÍS AUGUSTO LARA,**
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa,
Palácio Farroupilha,
NESTA CAPITAL.

Expediente nº 19/1400-0035831-1
RMM/GCC (2909-6 - PLC Gratificacao Natalina de 2019

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Altera a Lei Complementar nº 10.098, de 3 de fevereiro de 1994, que dispõe sobre o estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 1º Na Lei Complementar nº 10.098, de 3 de fevereiro de 1994, que dispõe sobre o estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul, fica acrescido o § 8º ao art. 104, com a seguinte redação:

“Art. 104.

.....

§ 8º A indenização de que trata o § 4º, referente à gratificação natalina devida no exercício de 2019, será calculada com base em um percentual de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao mês, “pro-rata die”, sobre o saldo não pago e creditada juntamente com o valor total ou parcial da referida gratificação.”

Art. 2º O disposto no § 8º do art. 104 da Lei Complementar nº 10.098/94, estende-se aos inativos, aos pensionistas e aos servidores vinculados a estatutos próprios, sem distinção entre quem possui ou não ação judicial e/ou cadastro de inadimplência.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta Lei Complementar correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei Complementar que ora é encaminhado à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa visa a acrescentar o § 8º ao artigo 104 da Lei Complementar nº 10.098, de 3 de fevereiro de 1994, que dispõe sobre o estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul, possibilitando que a gratificação natalina do ano de 2019 seja atualizada monetariamente, desde 20 de dezembro de 2019, até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

Esta é uma medida excepcional diante das circunstâncias econômico-financeiras do Poder Executivo, e tem como intuito evitar prejuízos aos servidores públicos estaduais e, conseqüentemente, ao próprio Estado. Já foi praticada em exercícios anteriores, sendo a última aprovada por meio da Lei 15.233, de 11 de dezembro de 2018.

Em que pese o custo da indenização pelo atraso dos pagamentos, essa prática propiciará adequação do fluxo de caixa do Estado, além de proporcionar aos servidores, aos inativos e aos pensionistas a garantia de ressarcimento em valores compatíveis com os custos de financiamento habitualmente oferecidos pela rede bancária.

Em face dos atuais custos médios do mercado financeiro para financiamento dessa espécie, propõe-se a readequação do índice indenizatório para 1,30% ao mês, sem que, com isso, o servidor sofra qualquer prejuízo.

A estimativa de impacto é de R\$ 132,7 milhões, unicamente no exercício de 2020, com base no valor da folha de pagamento, no custo de 1,30% ao mês e nas datas de pagamento mensais das parcelas do décimo terceiro.

Tendo em vista a redução do índice indenizatório em relação ao praticado para o ano de 2019 por meio da Lei 15.233/2018 (1,50%), apesar do crescimento vegetativo da folha, estima-se uma redução dessa despesa na ordem de R\$ 10 milhões de reais para o próximo exercício em relação ao atual, não se incorrendo, portanto, em aumento das atuais despesas de pessoal.

Sendo prática já decorrente no Estado, tal proposição está aderente aos parâmetros inseridos no Grupo de Pessoal e Encargos do Projeto de Lei Orçamentária de 2020, é compatível com o Plano Plurianual e em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020.

Restam atendidas, portanto, as previsões da LC 101/2000 (LRF), artigo 16, incisos I e II, por tal proposta não implicar no aumento de despesas de pessoal em relação a 2019 e estar em conformidade com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas do PPA e da LDO.

Essas são as razões da presente proposição.